

Educação e desenvolvimento

Edson Pereira da Silva¹
Paulo César Ribeiro Quinteiros²
Elvira Aparecida Simões de Araújo³

Resumo

O presente trabalho analisa em um primeiro momento: a expansão do ensino superior em Goiás nos anos 80: os tempos de euforia; em seguida verifica as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90 e o Ensino Superior no Estado de Goiás; e por fim busca compreender o desenvolvimento econômico e a questão regional. O texto enfatiza que o desenvolvimento é um processo social global. E que em um mundo com intensas relações econômicas globais, é difícil quantificar o desenvolvimento, principalmente no aspecto regional. Este texto, que possui caráter exploratório, foi realizado por meio de levantamento bibliográfico. Foi possível demonstrar que a educação e o desenvolvimento são partes integrantes para um ensino superior de qualidade.

Palavras-chave: Educação; Desenvolvimento; Ensino Superior

Recebimento: 2/9/2013 - Aceite: 12/10/2013

¹ Professor de Filosofia da Faculdade Anicuns/GO. Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté/SP. E-mail: Edson.filosofo_fan@hotmail.com

² Doutorado em Física pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Brasil (1999). Professor Assistente Doutor da Universidade de Taubaté/SP. E-mail: Paulo.quinteiros@unitau.com.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil (2008). Trabalha na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento. E-mail: elvirasaraujo@gmail.com

Education and development

Abstract

This paper analyzes at first: the expansion of higher education in Goiás in the 80s: euforia times, then check policies for higher education in Brazil in the 90s and Higher Education in the State of Goiás, and finally seeks to understand economic development and regional issue. The text emphasizes that development is a global social process. And that in a world of intense global economic relations, it is difficult to quantify the development, mainly in the regional aspect. This text, which has an exploratory nature, was conducted through literature. Finally, it seeks to demonstrate that education and development are integral parts for quality higher education.

Keywords: Education; Development; Higher Education

Introdução

Este artigo busca compreender a educação e o desenvolvimento a partir da expansão do ensino superior em Goiás nos anos 80: os tempos de euforia onde as mudanças econômicas implementadas nessa década provocaram alterações significativas na conformação do Estado brasileiro, que se estruturou sob a égide neoliberal de ênfase na desregulação da economia, na privatização do patrimônio público e nas tentativas de redução do Estado. No segundo tópico analisado busca-se compreender as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90 e o Ensino Superior no Estado de Goiás. A crítica do Estado intervencionista, efetivada pelos partidários do neoliberalismo, e a busca de minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, pela redução ou desmonte das políticas de proteção, são prescritas como caminho para a retomada do desenvolvimento econômico por meio da reforma do Estado; Por fim busca compreender o desenvolvimento econômico e a questão regional percebendo que a atividade econômica refere-se ao abastecimento de bens e serviços necessários para satisfazer às necessidades humanas, tanto individuais quanto coletivas.

A expansão do ensino superior em Goiás nos anos 80: os tempos de euforia

Em termos de política educacional, cabe ao município a prioridade de atuação no âmbito do ensino fundamental. Essa premissa tornou-se prioridade constitucional a partir de 1988, quando o art. 211 da Constituição Federal atribuiu ao município a atuação prioritária no ensino fundamental e pré-escolar, restringindo sua atuação em outros níveis de ensino apenas a ações de caráter complementar.

Embora as prerrogativas legais determinem que os municípios se voltem prioritariamente para o ensino fundamental, a atuação municipal não tem se restringido a esse nível de ensino. Desde meados da década de 1960, os municípios vêm atuando também na oferta de ensino superior, e essa atuação tem se efetivado com a criação de fundações municipais de ensino superior. Uma das modalidades largamente implementadas no País, a partir de 1964 pelos poderes públicos, foi a das fundações públicas de caráter ora privado, ora público.

Essas fundações apresentavam-se, teórica e ideologicamente, como figuras jurídicas mais ágeis e, portanto, menos burocratizadas para a efetivação de políticas sociais, com destaque

para a oferta e exploração de serviços públicos, entre os quais os serviços educacionais, entendidos, quase sempre, como ferramentas imprescindíveis para uma política de modernização e consequente desenvolvimento (DOURADO, 2001, p. 71-72).

As mudanças econômicas implementadas na década de 1980 provocaram alterações significativas na conformação do Estado brasileiro, que se estruturou sob a égide neoliberal de ênfase na desregulação da economia, na privatização do patrimônio público e nas tentativas de redução do Estado. Essas medidas liberalizantes, assentadas nos interesses do mercado - sobretudo o transnacional -, têm implicações sociais sérias no Brasil e na América Latina, concorrendo para o crescimento das taxas de desemprego estrutural, para a fragilidade do Estado e, sobretudo, para o aumento da pobreza.

É oportuno destacar, ainda, que, com a promulgação da Constituição Federal, houve avanços significativos na política de descentralização de recursos e encargos do governo federal para Estados e Municípios, que foram os maiores beneficiários dessa política.

A Região Centro-Oeste e o Estado de Goiás beneficiam-se da reforma tributária e também de projetos específicos de demanda negociada, programas e projetos públicos associados à expansão da fronteira agrícola da região - Polocentro, Proceder, Profir e outros -, aumentando o dinamismo agropecuário e industrial e possibilitando a recuperação do PIB regional.

O Estado de Goiás, ao implementar políticas setoriais aliadas a políticas de incentivos fiscais e financeiros de desenvolvimento regional, favoreceu a integração do Estado ao processo de desconcentração espacial das economias do Sudeste e Sul, possibilitando as relações centro-periferia e consolidando as desigualdades entre os espaços diferenciados (DOURADO, 2001, p. 61).

Outro aspecto merecedor de destaque foi o crescimento populacional verificado na Região Centro-Oeste. De acordo com o *Anuário Estatístico* de 1992, o Estado de Goiás apresentou crescimento populacional com tendência predominantemente urbana, apesar de apresentar taxas baixas se comparadas a outros Estados da Região - o que se justifica por ter suas fronteiras já consolidadas. Esses dados são importantes na medida em

que são utilizados como argumentos legitimadores das políticas de expansão e de interiorização do ensino superior no Estado. Esse dinamismo reflete buscando a sua inserção em mercados consolidados, incrementando as atividades dos setores primário, secundário e terciário, que se diversificaram da seguinte forma:

- a) Setor primário - este apresenta, na década de 1980, uma alta taxa de incorporação de progresso técnico na agricultura, uma evolução da agroindústria, com crescimento acelerado e ganhos de produtividade, mediante políticas de benefícios e incentivos fiscais para a diversificação da pecuária;
- b) setor secundário - em razão da diversificação da pecuária no Estado ocorrem a expansão da indústria de produtos alimentares (laticínios e frigoríficos) e o incremento das indústrias de bens intermediários demarcados por uma política de diversificação intra-regional;
- c) setor terciário - o processo de urbanização acelerado no Estado possibilitou o incremento e o dinamismo das atividades desse setor de modo significativo, por meio da expansão do comércio, administração pública e turismo (DOURADO, 2001, p. 62).

Essas atividades contribuíram para a evolução do PIB de Goiás, que apresentou taxas superiores às médias do País. É importante destacar, que ocorreu na última década, uma forte tendência de fortalecimento das ligações econômicas de Goiás com os Estados limítrofes: São Paulo, Minas Gerais e Bahia, além da abertura da economia para o mercado internacional.

Outro fator importante foi o desenvolvimento econômico e o incremento do processo tecnológico no Estado que acarretaram mudanças na estrutura de emprego e nas relações de produção. Essas alterações passaram a exigir novos padrões de qualificação para o trabalho, justificando as políticas de expansão e interiorização de serviços. Nesse sentido, destacam-se os serviços educacionais, particularmente a oferta de ensino superior, vista como emblema de modernização e progresso.

Os dados do Anuário Estatístico do Brasil de 1993 nos oferecem elementos que revelam o quadro em que se processam a expansão e a

interiorização do ensino superior no Estado de Goiás na década em estudo. Segundo esses dados, o governo estadual foi o principal promotor do ensino de 1 e 2 graus, assumindo, respectivamente, 65,55% e 74,38% das matrículas iniciais desses níveis de ensino em 1991 no Estado. O setor privado respondeu pelas matrículas iniciais de 9,45% do 1 grau e 20,33% do ensino de 2 grau. A participação municipal correspondeu a 24,89% no 1 grau e apenas 1,73% no 2 grau. Houve ainda uma pequena participação federal de 0,11% no 1 grau e de 3,56% no ensino de 2 grau (DOURADO, 2001, p. 65).

No que se refere ao ensino superior, este sistema expandiu-se significativamente na década de 1980 em Goiás. Até 1979, o Estado dispunha de apenas duas universidades, a UFG e a UCG, e de nove estabelecimentos de ensino superior isolados (cinco privados, três estaduais e um municipal). No final da década de 1980, há um crescimento vertiginoso em todas as esferas de dependência administrativa.

Ao serem criadas, as fundações municipais foram dotadas de patrimônio e de subvenções para sua manutenção, por parte do poder público municipal. Além disso, couberam aos municípios a dotação orçamentária inicial, a construção do espaço físico e a compra de mobiliário, passos anteriores à concessão, em um dos casos, para associações de ensino privadas, da administração e exploração desse nível de ensino. A lógica dessa política consistiu na utilização da figura jurídica da fundação municipal como um canal “ágil” para a tramitação dos autos, com a consequente autorização e reconhecimento de cursos.

Na verdade, houve em Goiás, a partir de 1983, tal expansão do ensino superior que não há cidade no Estado, considerada polo de desenvolvimento regional, que não tenha a sua faculdade, sobretudo nas regiões sul, sudeste, sudoeste e do Mato Grosso Goiano.

É um fato por demais conhecido que, a partir de 1983, foram criados diversos cursos de graduação e instaladas várias faculdades tanto na rede oficial, quanto na particular. Se, por um lado, o fato se deu como resposta ao anseio de fixar os jovens no seu meio, oferecendo-lhes condições de qualificação profissional para atuarem no seio de sua própria comunidade, por outro lado, dá

margem à reflexão a abertura de cursos superiores nas atuais circunstâncias financeiras que atravessa o País, para não dizer o próprio Estado e os Municípios (BRASIL, 1986, p. 5).

De maneira geral, a implementação dessas faculdades se deu de modo insatisfatório, sem condições básicas para o seu real funcionamento. Em muitos casos, com espaço físico provisório (funcionamento improvisado através de contratos de comodato e instalações em escolas estaduais), com ausência de um plano de carreira e de qualificação dos docentes (muitos sem vínculo com o quadro efetivo) e, ainda, com carência total ou improvisação de espaço para o funcionamento de bibliotecas. Essas escolas, em sua maioria, dispunham de pessoal docente insuficiente e pouco qualificado.

As políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90 e o Ensino Superior no Estado de Goiás

A crítica do Estado intervencionista, efetivada pelos partidários do neoliberalismo, e a busca de minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais, pela redução ou desmonte das políticas de proteção, são prescritas como caminho para a retomada do desenvolvimento econômico por meio da reforma do Estado. A defesa ideológica dessa reforma é implementada pelo discurso de modernização e racionalização do Estado, objetivando, desse modo, a superação das mazelas do mundo contemporâneo (desemprego, hiperinflação, redução do crescimento econômico...) e de adaptação às novas demandas pelo processo de globalização em curso. Segundo Fernando Henrique Cardoso:

Vivemos hoje num cenário global que traz novos desafios às sociedades e aos Estados nacionais (...). É imperativo fazer uma reflexão a um tempo realista e criativa sobre os riscos e as oportunidades do processo de globalização, pois somente assim será possível transformar o Estado de tal maneira que ele se adapte às novas demandas do mundo contemporâneo (CARDOSO, 1998, p. 15).

Bresser Pereira (1998, p. 33) advoga mudanças nas formas de organização e gestão do Estado por meio de uma administração pública gerencial que balize como setores do Estado moderno “o núcleo estratégico,

as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado”. A saúde, a educação, a cultura e a pesquisa científica compõem, nesse projeto, o setor de serviços não-exclusivos, os quais o “Estado prevê, mas que, como não envolvem o exercício do poder controverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não-estatal (não-governamental)”. Tal lógica implica alterações substantivas no campo educacional no que se refere à organização jurídica das instituições educativas, ao possibilitar, entre outros aspectos, novos processos de regulação e gestão e formatos de privatização na arena educacional.

O Estado brasileiro, historicamente caracterizado como ente partidariamente vinculado aos interesses do setor privado, configura-se por uma enorme dívida social no sentido de alargamento dos direitos sociais e coletivos, ou seja, da esfera pública. Conforme Dourado (2002, p. 237):

A inserção do país na lógica neoliberal, como coadjuvante no processo de globalização em curso, sintonizado às premissas de liberalização econômica, desregulação, financeira, alterações substantivas na legislação previdenciária e trabalhista e, fundamentalmente, na intensificação dos processos de privatização da esfera pública, tem sido apresentada pelos setores dirigentes como um claro indicador de modernização do até então Estado patrimonial. A perspectiva neoliberal é, nesse contexto, ideologicamente difundida apenas como reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, na qual a desigualdade é aceita como norma e o desemprego, como contingência necessária ao desenvolvimento do capital.

A ênfase ideológica dada a esses processos revela a mística de que estes resultam do advento tecnológico e não de opções econômicas e políticas que têm o mercado como portador de racionalidade e modelador de formas de organização social.

De acordo com Dourado (2002, p. 238): “O Banco Mundial, o Bando Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) configuram-se como importantes interlocutores multilaterais da agenda brasileira”. Das orientações gerais do Banco Mundial é possível depreender a prescrição de políticas educacionais que induzem as reformas concernentes ao ideário neoliberal, cuja ótica de racionalização do

campo educativo deveria acompanhar a lógica do campo econômico, sobretudo a partir da adoção de programas de ajuste estrutural.

Nos anos 80, a eclosão da crise de endividamento abriu espaço para uma ampla transformação do papel até então desempenhado pelo Banco Mundial e pelo conjunto dos organismos multilaterais de financiamento (...) De um Banco de Desenvolvimento indutor de investimentos, o Banco Mundial tornou-se o guardião dos interesses dos grandes credores internacionais, responsável por assegurar o pagamento da dívida externa e por empreender a reestruturação e abertura dessas economias adequando-as aos requisitos do capital globalizado (SOARES, 1996, p. 20).

Ao realizar uma análise das políticas propostas pelo Banco Mundial para a educação, Coraggio (1996) indica como seu fundamento o reducionismo economicista presente nas proposições para a área educacional, cujo escopo se centra na visão unilateral de custos e benefícios.

É importante não perdermos de vista que alterações substantivas têm sido efetivadas na agenda da educação superior no Brasil na esteira desses preceitos, a despeito de mobilizações expressivas da sociedade civil organizada. Conforme Dourado (2002, p. 240), “Na agenda das políticas educacionais para a educação superior, é particularmente notável a condição do país como parceiro e fiel depositário das prescrições internacionais, particularmente do Banco Mundial”.

As políticas educacionais no Brasil, nesse contexto, vêm sendo debatidas por mudanças, destacando-se, sobremaneira, as de ordem jurídico-institucional. Na área educacional, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do Plano Nacional de Educação (PNE) colocam-se como passos decisivo nessas mudanças. A LDB, entendida como lei complementar que regulamenta as diretrizes e bases para a educação nacional, foi promulgada sob a égide da Constituição Federal de 1988, que trouxe consigo um conjunto de dispositivos no capítulo da educação, destacando-se a gratuidade no ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, a autonomia das universidades, entre outros, e foi precedida por edição de leis, de decretos e de portarias que a nortearam.

A LDB estabeleceu, ainda, nas disposições transitórias (art. 87, par. 1) que a União deveria, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Plano Nacional de Educação (PNE), indicando diretrizes e metas para a *Década da Educação* (1996-2006). Tal perspectiva sinaliza para a implementação de políticas educacionais para o país.

O atual PNE (Lei n. 10.172, de 9/1/2001) é resultado das ações da sociedade brasileira para garantir as disposições legais contidas no artigo 214 da Constituição Federal, de 1988, o qual sinaliza que “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, e à integração das ações do poder público que conduzam à: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; promoção humanística”, e das disposições transitórias da LDB que, em seu artigo 87, parágrafo 1, preconiza que a União deveria, no prazo de um ano, encaminhar ao Congresso Nacional proposta de PNE, indicando diretrizes e metas para os dez anos seguintes (Década da Educação), em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para todos (DOURADO, 2010, p. 682).

A aprovação do atual PNE foi resultado, portanto, da hegemonia governamental no Congresso nacional, que buscou traduzir a lógica das políticas governamentais em curso. O Governo FHC, por meio do Ministério da Educação, efetivou políticas e lógicas de gestão, visando implementar amplo processo de reforma da educação nacional, cujas prioridades se constituíram, hegemonicamente, pela adoção de políticas focalizadas, com forte ênfase no ensino fundamental, e pela efetivação de vários instrumentos e dispositivos, visando à construção de um sistema de avaliação da educação.

O Brasil, segundo o IBGE, em 1 de julho de 1993, era constituído por 4.974 municípios (unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil), e o Estado de Goiás, segundo o *Anuário Estatístico do Estado de Goiás* de 1992, possuía 211 municípios, distribuídos em 18 microrregiões. De acordo com a Resolução n. 11, de 5 de junho de 1990, do IBGE, o Estado de Goiás está subdividido em cinco

mesorregiões, a saber: 1) Noroeste Goiano; 2) Norte Goiano; 3) Centro Goiano; 4) Leste Goiano; 5) Sul Goiano.

Vários municípios de médio porte do Estado de Goiás, apesar da ausência de garantias concretas da universalização do ensino fundamental, implementaram políticas de criação ou expansão do ensino superior, com a participação efetiva do poder público municipal.

Ao serem criadas, essas fundações foram dotadas de patrimônio e de subvenções para sua manutenção, por parte do poder público municipal. Além disso, couberam aos municípios a dotação orçamentária inicial, a construção do espaço físico e a compra de mobiliário, passos anteriores à concessão, em um dos casos, para associações de ensino privadas, da administração e exploração desse nível de ensino. A lógica dessa política consistiu na utilização da figura jurídica da fundação municipal como um canal “ágil” para a tramitação dos autos, com a consequente autorização e reconhecimento de cursos.

Foram então criadas fundações educacionais em oito municípios goianos - Anicuns, Catalão, Goiatuba, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Mineiros e Rio Verde -, tendo sido configuradas como pessoas jurídicas de direito público interno da administração indireta, com personalidade própria conferida por lei, constituída por patrimônio destinado a determinado fim (DOURADO, 2001, p. 90).

A utilização da pessoa jurídica fundacional pelos municípios goianos para a implementação das atividades de ensino superior justifica-se, entre outras razões, pela configuração dessa pessoa jurídica como ente de natureza jurídica própria, que goza de independência e autonomia, e que é entendida como espaço de racionalização e descentralização da administração pública, na medida em que têm administração distinta da administração local, ou seja, esses entes jurídicos passam a gozar de gestão administrativa e financeira descentralizada.

O desenvolvimento econômico e a questão regional

A atividade econômica refere-se ao abastecimento de bens e serviços necessários para satisfazer às necessidades humanas, tanto individuais quanto coletivas. E a Economia Política, no sentido mais amplo da palavra, é a ciência das leis que regem a produção e o intercâmbio dos

meios materiais da vida na sociedade humana. Produção e troca são duas funções distintas.

A produção pode desenvolver-se sem a troca, mas esta pressupõe, sempre, necessariamente a produção, pelo próprio fato de que o que se trocam são os produtos. Cada uma destas funções sociais sofre a influência de um grande número de fenômenos exteriores, sendo que essa influência é subordinada, em grande parte, a leis próprias e específicas (ENGELS, 1979, p. 127).

Há grande dificuldade na conceituação da região, pois, além dos espaços físicos, ambientais, culturais, econômicos e políticos, para se identificar uma região é preciso conhecer sua história. O estudo do espaço está presente nos mais diversos ramos do conhecimento científico e apresenta características próprias em cada um deles. Há por exemplo, dois extremos do estudo do espaço: os matemáticos, que constituem conjuntos de relações definidas por coordenadas abstratas, e os geógrafos, com uma concepção concreta de espaço definido por clima e relevo (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Pensar o espaço regionalizado em uma perspectiva histórica significa discutir os seus usos e a partir de contribuições, não somente da História, mas também das várias ciências sociais, com destaque para a Geografia e a Economia.

As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e, dentro de cada país, de geração para geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas. Desde o arco e a flecha, passando pelo machado de pedra do selvagem, com os seus atos de troca, raríssima e excepcional, até a máquina a vapor de mil cavalos de força, os teares mecânicos, as estradas de ferro e o Banco de Inglaterra, existe um verdadeiro abismo. Os habitantes da Terra do Fogo não conhecem a produção em grande escala, assim como não conhecem o comércio mundial, nem tampouco as letras de câmbio que circulam a descoberto e os inesperados craques de bolsa (ENGELS, 1979, p. 127).

As pessoas vivem, residem e trabalham em lugares específicos, porém suas atribuições e vivências são experimentadas em lugares múltiplos, mediante as possibilidades constituídas com as redes de informações.

A região é uma produção cultural, é uma criação histórica e, neste sentido, é o espaço irreduzível da liberdade e da criatividade com base num estoque de recursos dados pela natureza: aqui a pedra e a montanha, lá o mar e a floresta, mais além os desertos, as imensidões (CUNHA; SIMÕES; PAULA, 2005, p. 6).

Para os autores, a região é uma construção territorial, não sociológica. O que ocorre são relações sociais em um determinado espaço. Uma das alternativas encontradas foi o de usar o termo regionalismo como uma forma de subordinar o espacial ao social, entretanto isso não significa região.

O desenvolvimento econômico, seguindo os modelos de desenvolvimento propostos nas obras dos economistas clássicos, seria alcançado com a elevação da produção interna, como resultado das substituições de importação e provocaria efeitos positivos na cadeia produtiva (VIEIRA; SANTOS, 2012). Observa-se que esse efeito de encadeamento de consumo, produção e renda explica o crescimento das atividades e a formação de polos de crescimento industrial no Brasil durante o século XX.

A criação dos modelos de desenvolvimento regional buscou separar o espaço geográfico natural do espaço econômico, criando um espaço discriminatório para poucos. Em escala global, foram criados dois circuitos: o dos países desenvolvidos e o dos subdesenvolvidos. As teorias dos polos de crescimento levam em consideração apenas os circuitos dos países desenvolvidos, capazes de estimular o crescimento provocando desigualdades regionais - as regiões mais ricas tendem a atrair mais investimentos, enquanto as regiões mais pobres perdem investimentos (MYRDAL, 1965).

A teoria econômica contemporânea, que ampara as políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento econômico, está centrada no utilitarismo que impele os indivíduos a buscar a maximização de suas necessidades com o mínimo de esforço. Esse modelo de estrutura econômica promove o crescimento, mas dificulta as ações de desenvolvimento. O bemestar dos indivíduos não depende exclusivamente da posse de bens

materiais, mas da acessibilidade aos meios que permitem o pleno desenvolvimento das potencialidades pessoais e também da coletividade.

Na esfera regional as teorias de desenvolvimento econômico enfocavam os investimentos e a tecnologia como fatores de crescimento e o desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento objetivavam promover a atração de investimentos acompanhados de inserção tecnológica, para aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a competitividade regional, negligenciando fatores internos, culturais e sociais que contribuem para a riqueza empresarial, mas, sobretudo, para a riqueza humana em um determinado território (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 364).

Conforme os autores na concepção da economia clássica, os agentes econômicos, empresas, estados e indivíduos baseiam suas decisões econômicas apenas nos benefícios materiais. Diante do exposto, constata-se a necessidade de políticas de desenvolvimento, que superem as questões econômicas, tendo como ponto de sustentação o social e o político dos atores locais.

Conclusão

O conceito de desenvolvimento é muito mais abrangente que o conceito de crescimento econômico. Enquanto este demonstra uma variação na taxa de crescimento do PIB, o primeiro representa a melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos.

O desenvolvimento econômico regional inclui fatores relacionados ao campo da cultura e esta é definida em âmbito institucional e social e caracteriza-se por contribuir para o desenvolvimento regional de forma única em cada região.

Repensar as questões conceituais do desenvolvimento e da educação permite reflexões sobre a busca de um novo modelo de desenvolvimento que associe o crescimento da produção com a melhora na distribuição e utilização dos bens e serviços em um ritmo que contribua para a melhor qualidade de vida e da educação.

Precisa-se, pois, ousar a ruptura com a cultura quase exclusivamente acadêmica do passado e assumir a atitude dos que querem

se desenvolver, elegendo um novo paradigma para a educação e o desenvolvimento.

Este novo paradigma pode ser a inovação tecnológica e, no esforço de criar essa nova cultura, todas as instituições de pesquisa têm um papel fundamental e indeclinável. A opção pela inovação tecnológica é uma decisão estratégica mais ampla, que deveria ser um eixo de atuação, um norteamento e um fator de tração para uma política industrial de crescimento sustentado do país.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão do ensino superior em Goiás: dados para reflexão**. Goiânia, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, L.C.B; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: RCV, 1998, p. 15-20.

CORAGGIO, J.L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto em problemas de concepção. In: WARDE, M.J et al. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

CUNHA, A.; SIMÕES R.; PAULA, J. A. **Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico - metodológico**. VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7 Conferência Internacional de História de Empresas: Conservatória (RJ), 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

_____. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252.

_____. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política**. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 31, n. 112, julho-setembro/2010, p. 677-705.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring: filosofia, economia, política, socialismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOARES, M. C.C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: WARDE, M.J., et al. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

VIEIRA, Edson Trajano.; SANTOS, Moacir José dos. **Desenvolvimento Econômico Regional - Uma revisão histórica e teórica.** In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n. 2, 2012.